



# A CONTROVÉRSIA DA ESTRUTURA DA DESIGUALDADE BRASILEIRA

**Palavras-Chave: DESIGUALDADE, BEM-ESTAR SOCIAL, AUSTERIDADE**

**Autores:**

**LUCAS DE MEDINA BARROS – IE/UNICAMP**

**Prof. Dr. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS (orientador) – IE/UNICAMP**

---

## INTRODUÇÃO

A discussão acerca da desigualdade social no Brasil é constantemente relacionada com a desigualdade de renda. A teoria econômica ortodoxas defende que os indivíduos possam ter seu trabalho e renda para buscar meios para o seu bem-estar, tendo uma influência mínima do Estado. Entretanto, em um país com proporções continentais e com uma grande desigualdade social como o Brasil, a proposição de um Estado mínimo não se sustenta no quesito de bem-estar da população.

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores, houve uma redução inédita das desigualdades e melhora dos indicadores sociais, graças a uma política de investimento público e gastos sociais. No entanto, não foram adotadas políticas disruptivas quanto às estruturas que mantém a desigualdade de renda, fragilizando os ganhos sociais auferidos nos governos progressistas. Essas estruturas são o desenho da tributação, o modelo de crescimento econômico, as regras fiscais, por exemplo. Quando há uma reversão da condução da política econômica após o impeachment da presidenta Dilma, os indicadores sociais apresentaram uma deterioração. Ou seja, os ganhos sociais dos governos anteriores foram rapidamente revertidos.

Dessa forma, a proposta deste trabalho é fazer uma revisão bibliográfica acerca dos temas de desigualdade e sua relação com as políticas sociais a partir do processo de melhora dos indicadores sociais com o governo Lula até a piora com o projeto econômico de austeridade

dos governos Temer e Bolsonaro. Dessa maneira, o trabalho foi dividido em três partes e uma conclusão. A primeira parte traz dados sobre os resultados positivos dos gastos sociais dos governos Lula e Dilma I e a piora dos indicadores a partir do governo Temer. A segunda parte retoma uma discussão histórica sobre a condução política do período, destacando a continuidade das estruturas que geram a desigualdade, mesmo com as tentativas dos governos em melhorarem as condições de vida da população. A terceira parte discute o projeto econômico dos governos Temer e Bolsonaro, que se baseou no documento da Ponte Para o Futuro. Por fim, uma conclusão que almeja demonstrar que a discussão sobre desigualdade é indissociável à discussão sobre a estrutura política do governo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os gastos sociais geralmente são o elo mais fraco na disputa pelo Orçamento público e são cortados ano após ano, com um breve breque nos governos petistas. Porém, a partir da adoção de políticas de austeridade fiscal em 2015 e do Teto de Gastos de 2016, institucionalizou-se a restrição dos gastos sociais. Esse tipo de dispêndio é fundamental para assistir a população em maior vulnerabilidade e atuar de maneira anticíclica na geração de emprego e renda. Portanto, é necessária a análise dos indicadores sociais para entender esse movimento de favorecimento e desfavorecimento da população ao longo das duas últimas décadas.

A partir de um cruzamento de dados do SCN, da PNAD e da POF, Castro, Mostafa e Souza (2011) demonstraram que os gastos sociais tinham um impacto positivo sobre o PIB e na distribuição de renda. A saber, os gastos de educação e saúde comparados com as exportações de commodities agrícolas e extrativas apresentam um maior multiplicador do PIB e da renda das famílias, ou seja, a partir de um aumento no PIB corrente, os gastos com educação e saúde, por exemplo, resultam num crescimento do produto de maior proporção a posteriori. O mesmo princípio também se aplica à renda das famílias. No caso das políticas de educação e saúde, uma variação de 1% no PIB implica num multiplicador de 1,78% para o crescimento futuro do PIB e de 1,56% na renda das famílias. A mesma metodologia é aplicada para comparar os programas de transferência de renda – Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada – e o pagamentos dos juros sobre a Dívida Pública. Com relação ao multiplicador da renda das famílias, os resultados são 2,25%, 2,2% e 1,34%, nessa ordem, evidenciando novamente o caráter negativo dos juros. Com relação à variação do índice de Gini, estimativa que incide sobre a distribuição de renda, o impacto calculado no Gini do BPC, PBF, saúde e educação é -2,3%, -2,2%, -1,5% e -1,1%, respectivamente.

Mesmo com a importância dos gastos sociais comprovada, o artifício da desvinculação de determinados gastos para gerar resultados fiscais se manteve durante os governos Lula e Dilma. Criada em 1994 para estabilizar a economia após o Plano Real, a Desvinculação das Receitas da União (DRU) incentivou a utilização dos recursos destinados anteriormente à Seguridade Social para gerar superávits fiscais. Na perspectiva social, gera um resultado artificial, visto que, além de impactar negativamente os gastos sociais, não representa uma redução das disparidades da desigualdade social brasileira. Com a aprovação do “Teto de Gastos”, os gastos sociais foram drasticamente cortados, resultando na piora dos indicadores sociais, sobretudo referentes ao BPC, Bolsa Família e Previdência (COSTA, 2019).

Em 2014, a economia brasileira se desacelera. O remédio adotado foi um choque recessivo que relegou o país à sua pior crise (ROSSI; MELLO, 2021). Durante esse cenário caótico da economia brasileira, o discurso pró-impeachment e pró-austeridade foi encampado por diversos setores da sociedade, na tentativa de aplicar um novo modelo de desenvolvimento econômico: a “Ponte Para o Futuro”. Esse projeto foi um divisor de águas para a gestão da política econômica, visto que as reformas que se sucederam institucionalizaram a política de austeridade, reduzindo o poder do Executivo em propor políticas em prol do bem-estar da população e limitando o uso do Orçamento da União. A estrutura da desigualdade que já estava presente no primeiro governo Lula além de se manter, foi aprofundada.

## CONCLUSÕES

Não faltam experiências que comprovem os efeitos benéficos da política expansionista do governo, sobretudo em relação aos gastos sociais (CASTRO; MOSTAFA; SOUZA, 2011; e CASTRO, 2019). Mesmo com o corte sistêmico dos gastos sociais, utilizando as prerrogativas da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para alcançar a meta do resultado primário, os benefícios sociais foram responsáveis pela redução do índice de Gini de 0,594 para 0,523, no período de 2002 a 2014. Ademais, essa política expansionista deu um respiro ao Brasil durante a crise de 2008, que manteve seu ritmo de crescimento até 2010, mas caiu a partir de 2011, dada a contração fiscal, aumento da meta do resultado primário, queda no investimento público e aumento da taxa de juros (FUNDAÇÃO FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG, 2016).

Nesse contexto de queda do ciclo econômico, a reeleição de Dilma Rousseff justificou a adoção de ajustes fiscais e monetários compatíveis com a “fada da confiança”, resultando no aumento da inflação, retração da atividade econômica e eclosão da pior crise econômica que o país enfrentou (ROSSI; MELLO, 2021). O *mainstream*, ao mesmo tempo que justifica reformas

econômicas, reforça o contexto recessivo que serve de embasamento. Dessa forma, “a economia real só piorou e as expectativas se deterioraram. Assim, austeridade fiscal manifestada e praticada foi um fiasco” (FUNDAÇÃO FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG, 2016, p. 47).

Retomando a questão da desigualdade, é essencial compreender que a estrutura sociopolítica do país e a condução do Executivo são os principais responsáveis pela manutenção ou redução das desigualdades. Apesar da melhora dos indicadores sociais nos governos petistas, a estrutura tributária regressiva e a estratégia de desenvolvimento via consumo – que posteriormente se demonstrou insustentável – se mantiveram, mostrando uma fragilidade dos instrumentos de combate à desigualdade. Quando o cenário político mudou com as insatisfações populares e a campanha midiática em prol do impeachment, a implementação de um projeto econômico conservador e retrógrado foi facilitada. Portanto, a discussão sobre desigualdade não pode se restringir apenas à questão da renda.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, J. A. DE; MOSTAFA, J.; SOUZA, P. H. G. F. DE. **Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda**: Comunicados do IPEA N°75. Brasília: IPEA, 2011.

CASTRO, J. A. D. Bem-estar social brasileiro no século XXI: da inclusão ao retorno da exclusão social. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019.

COSTA, L. C. DA. A assistência social, previdência e transferência de renda em tempos de ajustes fiscais – de Temer a Bolsonaro. Em: AZEVEDO, J. S. G. DE; POCHMANN, M.; LEITE, A. Z. (Eds.). **Brasil: incertezas e submissão?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 271–291.

FUNDAÇÃO FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG (ED.). **Austeridade e retrocesso: finanças públicas e política fiscal no Brasil**. 1ª edição ed. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2016.

ROSSI, P.; MELLO, G. S. Choque recessivo e a maior crise da história: a economia brasileira em marcha à ré. Em: TEIXEIRA, L.; BASTOS, P. P. Z. (Eds.). **Conjuntura, Estrutura e Teoria - O Capitalismo contemporâneo nas análises do CECON (2017- 2021)**. 1. ed. [s.l.] CRV, 2021.